

Recebido em: 20-06-2023

Aceito em: 16-12-2023

A CONTRIBUIÇÃO INFORMACIONAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE BIGUAÇU NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER RURAL

Rosiane Maria¹

Jorge Moisés Kroll do Prado²

Resumo: O objetivo do estudo é desvendar se o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Biguaçu (SC) contribuiu para levar informação para as mulheres trabalhadoras rurais sobre a violência contra a mulher com a finalidade de torná-las conhecedoras de seus direitos perante a sociedade. O procedimento metodológico foi a pesquisa documental e duas entrevistas com roteiro semiestruturado junto a duas mulheres do Sindicato. Fizeram parte dos critérios de inclusão somente os documentos que evidenciaram eventos promovidos para as mulheres e a data entre 1972-2022. Os resultados encontrados não deixaram evidente que o fluxo informacional referente aos direitos adquiridos pelas mulheres trabalhadoras rurais de Biguaçu tenha ocorrido de forma abrangente pelo Sindicato. Demanda-se, por fim, que as ações sejam mais bem estruturadas para garantir que a informação de qualidade contribua no combate à violência contra a mulher rural.

Palavras-chave: Mulheres trabalhadoras rurais. Violência contra a mulher. Sindicatos de trabalhadores rurais. Protagonismo social.

1 INTRODUÇÃO

Mulheres trabalhadoras rurais contribuem para o desenvolvimento da família, bem como para a comunidade em que vivem e conseqüentemente para a sociedade. O combate à violência contra as mulheres sempre constou da luta dos movimentos de mulheres, feministas, sindicalistas, trabalhadoras urbanas e rurais (Contag, 2009).

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais é a entidade que representa e organiza a luta dessa categoria no âmbito municipal. No movimento sindical, além de enfatizar a violência e a discriminação no mundo do trabalho e nos conflitos de terra, as trabalhadoras rurais destacam a

¹ Mestra em Gestão de Unidades de Informação pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Especialista em Gestão de Bibliotecas Escolares e bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

² Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor do Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

violência no mundo privado, onde o agressor pode ser o companheiro, parceiro, marido, pai, irmão, filho ou outro familiar (Contag, 2009).

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) ressalta que “o conhecimento de casos de violência contra as trabalhadoras rurais – em casa, no trabalho e na sociedade – não é novidade para quem atua em defesa dos direitos das mulheres” e que “o tema é pouco estudado e as pesquisas mostram apenas uma realidade parcial” (Contag, 2009, p. 1). Chegou-se a essa conclusão porque os dados sobre a violência sofrida por essa categoria não abrangiam a sua totalidade, desse modo, se mantinha a invisibilidade desse problema social, e este foi um dos fatores que mais dificultou a inclusão da temática nas políticas públicas (Contag, 2009). A Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (CNMTR), criada em 1995 e vinculada a Contag, trata “a violência sexista como um fato que prejudica a vida e o desenvolvimento das mulheres do meio rural” (CNMTR, 2008). A CNMTR impulsionou a luta contra a violência por meio das demandas das trabalhadoras rurais organizadas e mobilizadas, “os debates sobre este tema ganharam maior evidência no Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR)” (CNMTR, 2008).

De acordo com a cartilha da Contag (2009, p. 2) foi através desses movimentos organizados pela CNMTR que o “combate à violência contra as trabalhadoras rurais passa a compor as pautas de reivindicações do MSTTR, assim como a luta por terra, saúde, educação, acesso ao crédito e outros direitos”. Complementa em suas orientações “que não é possível existir um campo justo e com desenvolvimento para todos enquanto as trabalhadoras rurais forem vítimas de violência” (Contag, 2009, p. 3).

As conquistas mais expressivas vieram por meio da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais com a Marcha das Margaridas realizada a partir de 2000. A Marcha das Margaridas é uma ação estratégica das mulheres do campo e da floresta que integra a agenda permanente do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) e de movimentos feministas e de mulheres. As três primeiras marchas, em 2000, 2003 e 2007, focaram na plataforma política e na pauta de reivindicações a luta contra a fome, a pobreza e a violência sexista (Contag, 2019).

O nome do movimento é inspirado na líder sindical paraibana assassinada em 1983, Margarida Alves, precursora na luta pelos direitos dos trabalhadores do campo. Realizada desde

2000, a Marcha tem revelado uma significativa capacidade de mobilização para as causas das diferentes mulheres do contexto rural: as mulheres do campo, da floresta e das águas (Kuhnen, 2020).

Mediante o exposto, percebe-se que há movimentos fortes relacionados ao enfrentamento da violência contra a mulher trabalhadora rural. Já houve muitos direitos conquistados e dados indicam que a luta deve continuar. Entretanto, a pergunta que aqui se apresenta é: **As mulheres trabalhadoras rurais em suas comunidades possuem conhecimento acerca de seus direitos mediante as possíveis violências sofridas ou que venham a sofrer?**

Coloco-me nessa investigação como bibliotecária, mas o anseio de uma resposta é da mulher trabalhadora rural que um dia já fui. Desse modo, fortalecida pelo conhecimento científico, realizou-se uma investigação no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Biguaçu, Santa Catarina, para termos uma amostra de como a informação sobre os direitos adquiridos para o combate à violência contra as mulheres trabalhadoras rurais foram compartilhados.

Trata-se de uma investigação documental com o objetivo de selecionar os eventos ofertados ao longo do tempo para as mulheres trabalhadoras rurais e trazer em evidência se houve nesses eventos temas que trouxessem informações acerca das leis que as protegessem de violência. Também se efetuou uma entrevista com a secretária do sindicato e outra com uma líder sindical, participante do Movimento Marcha das Margaridas. Para não revelar a identidade da secretária e da líder do sindicato, ficou acordado com ambas que seriam chamadas de Rosa e Margarida, respectivamente. Optou-se pelas 3 vias de informação (arquivo, secretária e líder sindical) para que fosse possível buscar o maior número de informação possível acerca do objetivo do estudo.

A coleta de dados ocorreu nos dias 15 e 16 de fevereiro de 2023. Compunha o acervo do arquivo documentos administrativos, material informativo e álbuns de fotos. A coleta de dados com a secretária da instituição ocorreu de forma harmoniosa e participativa, da mesma forma ocorreu com a coleta de dados com a líder sindical. A exposição dos dados e os resultados encontram-se no tópico 3.

2 INFORMAÇÃO, PROTAGONISMO SOCIAL E MULHERES

O acesso à informação é concebido como um direito humano desde 1948 com a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Informar-se, em alguns aspectos, pode ser a garantia de sobrevivência, de mudança social, de acesso a outros direitos existentes. E, ainda, pode ser o instrumento para uma dimensão existencial de resistência e enfrentamento a antagonismos que afetam, principalmente, qualquer grupo populacional em alguma condição de vulnerabilidade.

Gomes (2017, p. 27-28) traz a noção de protagonismo social, que é “[...] um caminho humanizador do mundo e, portanto, promissor da construção ética de relações sociais capazes de assegurar o espaço crítico, de dialogia, criatividade e alteridade”. Esse protagonismo, que deve ser entendido de maneira diferenciada ao que se coloca semanticamente, na perspectiva de alguém no topo sobre outras pessoas ou condições sociais, é antes de tudo, protagonista de si mesmo.

Se considerarmos que a informação tem a capacidade de transformar estruturas subjetivas ou objetivas (Brookes, 1980) e que ela é resultado também de atividades sociais que reconfiguram a realidade (Mikhailov, 1983), o direito ao seu acesso é significativo.

Arendt (1995) afirma que a existência humana é concebida pelo labor, o trabalho e a ação. Enquanto o primeiro refere-se a todas as atividades que garantam tanto a sobrevivência do indivíduo como da espécie em uma perspectiva biológica; o trabalho permite a transformação da natureza na criação de cultura. Mas é na ação, em que se garante a pluralidade humana e que, por meio dela, os seres humanos podem demonstrar quem são de fato. Gomes (2017, p. 33) indica que sob essas três condições que “[...] estão asseguradas a natalidade, a sobrevivência, a atividade criativa do trabalho, a atividade crítica e inovadora da transformação do mundo e a superação dos próprios limites da existência individual, por meio da construção e preservação da memória”.

A grande questão é que essas condições não são asseguradas a todas as classes e grupos sociais, sendo o das mulheres um deles. Imbuídas de questões culturais que as colocaram por muito tempo distantes do trabalho, da participação política e outras esferas da sociedade, o panorama ainda está repleto de resquícios que dificilmente irão retirá-las dessa vulnerabilidade. Somado a isso, ainda há as relações de sexualidade, falocentrismo (Beauvoir, 1970) e o materialismo simbólico e, até mesmo, biológico como aspectos basilares.

As desigualdades alicerçadas em normas hegemônicas de gênero trazem resultados alarmantes de violência às mulheres. Carvalho, Cortes e Silva (2021) destacam que no Brasil no período de um ano (fevereiro de 2018 a fevereiro de 2019) quase 2 milhões de mulheres foram espancadas ou sofreram tentativas de estrangulamento.

No contexto rural a invisibilidade dessa problemática pode ser ainda maior. Em um estudo em oito municípios de pequeno e médio porte do Rio Grande do Sul, Bueno e Lopes (2018) apontam que para os feminicídios há uma forte associação com situações como desigualdade e discriminação de gênero, privação econômica e masculinidade agressiva e machista. A simples ideia de a mulher deixar a casa em um contexto de violência sem saber para onde ir pode ser resultante também da falta de acesso à informação relacionada a políticas públicas, a projetos sociais de acolhimento e afins.

Costa, Lopes e Soares (2015, p. 164) indicam que a mulher é colocada sempre em um patamar de obediência e subordinação e que “os papéis atribuídos ao gênero instituem um valor diferenciado e hierarquizado às atitudes de homens e mulheres, legitimando condutas de dominação”.

Mesmo que as condições socioeconômicas das mulheres rurais não sejam favoráveis (a condição humana atrelada ao labor em uma relação intrínseca com o trabalho) é na condição da ação, preservando sua individualidade e respeitando a pluralidade, que se encontrará parte da solução. Esta, entretanto, se estabelece, entre outros elementos, pelo acesso à informação. É o que conseguiremos demonstrar com alguns dos discursos e documentos analisados neste artigo.

3 O SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE BIGUAÇU, SC

Segundo Favareto (2006), 38% do total de sindicatos existentes no Brasil é rural e nestes estão pouco mais de 9 milhões de associados, correspondente a 47% do total de trabalhadores, isso de acordo com dados da Pesquisa Sindical elaborada pelo IBGE em 2001. O movimento sindicalista rural acompanha a efervescência da história da agricultura brasileira, principalmente a partir da década de 1960 (Medeiros, 1988; 1997).

Entre suas principais estão a representação e a defesa dos direitos dos trabalhadores rurais, a negociação coletiva, a conscientização e educação, o enfrentamento de conflitos, a influência na formulação de políticas públicas e a própria organização coletiva em prol de interesses comuns. Em sua análise histórica, Favareto (2006) afirma que o movimento sindicalista sofreu com as influências políticas e econômicas do país, mas também por uma crise interna materializada pela amplitude frentes e lutas.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Biguaçu foi fundado em 1972, é uma organização sem fins lucrativos. Está situado a rua Libório Francisco Goedert 312, Biguaçu, SC, Brasil e subordinado à Federação dos Trabalhadores Agrícolas de Santa Catarina (FETAESC). A FETAESC é uma entidade sindical de 2º grau, sem fins lucrativos, com base territorial em todo o estado de Santa Catarina (FETAESC, 2023). De acordo com o seu estatuto:

É constituída por prazo indeterminado para fins de estudo, **defesa, proteção**, coordenação e representação legal dos interesses profissionais, individuais e coletivos da categoria profissional dos trabalhadores e **trabalhadoras rurais** de todo o estado de Santa Catarina, regendo-se pelas leis em vigor e pelos estatutos presentes (FETAESC, 2017, p. 1, grifo do autor).

Representar, **defender**, organizar e integrar os trabalhadores e trabalhadoras rurais do Estado de Santa Catarina, por meio do **desenvolvimento de programas e projetos** que visem a valorização da cultura local, a natureza, o econômico e o **social, garantindo qualidade de vida**. (FETAESC, 2017, grifo do autor).

Desse modo fica subentendido que sendo o STR de Biguaçu subordinado a FETAESC, a missão é a mesma a ser alcançada, bem como o estatuto determina as mesmas regras a serem cumpridas. Sendo assim, especificamente para as mulheres, deveria haver projetos para levar informações até as mesmas sob seus direitos para o enfrentamento da violência contra elas. No artigo XVI do Estatuto a FETAESC diz ter por objetivo “**lutar contra qualquer forma de discriminação**, por motivo de sexo, cor, raça, estado civil ou crença religiosa ou política” (FETAESC, 2017, p. 2, grifo dos autores). Percebe-se então que a FETAESC deixa evidente em seus objetivos o compromisso de defesa das mulheres trabalhadoras rurais quando destaca lutar contra qualquer forma de discriminação.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este artigo é oriundo de uma investigação documental junto ao arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Biguaçu, situado na região da Grande Florianópolis, Santa Catarina. Oliveira (2007) destaca que esse tipo de pesquisa parte do trabalho de análise de fontes de informação que, em sua maioria, não estão publicados.

Para enriquecer o processo, foram realizadas duas entrevistas: a primeira com a secretária do Sindicato e a segunda com uma mulher ativa no movimento político rural da região e membro do Sindicato há 33 anos. Por questões éticas ficou acordado com as duas entrevistadas que elas seriam designadas neste estudo pelos nomes de Rosa e Margarida respectivamente. A utilização das entrevistas foi necessária visto a possibilidade que a mesma traria na análise documental e dos eventos e atividades que buscamos evidenciar.

Optou-se pela entrevista como ferramenta de coleta de dados, pois, de acordo com Gil (2008, p. 109) trata-se de “uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação”.

A entrevista com a secretária do sindicato (Rosa) ocorreu em 15 de fevereiro de 2023, de forma presencial, na própria instituição que tem por endereço a rua Libório Francisco Goedert, 312, Vendaval, Biguaçu, SC. Para nortear a entrevista e para que tivéssemos êxito na coleta de dados foi elaborado um roteiro com as seguintes perguntas:

- a) Qual o tempo de serviço exercido pela senhora no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Biguaçu?
- b) O arquivo do Sindicato possui algum instrumento de normas e procedimentos para a organização dos documentos?
- c) Durante o período em que a senhora atua profissionalmente no Sindicato quais as ações de combate a violência contra a mulher foram promovidas pela instituição?

Cabe ressaltar que o roteiro não foi seguido com rigor na sequência em que as perguntas foram elaboradas e nem na exatidão em que se encontram elaboradas as questões. Ele foi elaborado com intuito de manter os pesquisadores dentro da proposta da pesquisa, desse modo, caracteriza-se como uma entrevista informal, “esse tipo de entrevista é o menos estruturado possível e só se

distingue da simples conversação porque tem como objetivo básico a coleta de dados” (Gil, 2008, p. 111).

A entrevista com a membro do sindicato (Margarida) ocorreu em 16 de fevereiro de 2023, por meio de uma chamada de vídeo pelo WhatsApp. Para ela foi elaborado o seguinte roteiro:

- a) A senhora tem recordação da ocorrência de episódios relacionados a veiculação da informação referente aos direitos que as mulheres trabalhadoras rurais possuem no enfrentamento da violência?
- b) O Sindicato dos Trabalhadores Rurais promoveu encontros ou eventos que tratam da temática da violência com as trabalhadoras rurais?
- c) Nas palestras promovidas pelo sindicato sobre saúde física e mental, a senhora se recorda se teve menção à violência contra mulher?
- d) A senhora, enquanto líder do sindicato, compartilhou as informações adquiridas nos eventos estaduais e federais em que participou com outras mulheres do meio rural?

A chamada de vídeo teve a duração de 40 minutos. Margarida encontrava-se em sua residência na rua Geral de Três Riachos, s/nº, Biguaçu, SC. Durante a entrevista, conforme mencionava a sua participação nos eventos, apresentava-me fotos que davam veracidade às menções, eventos esses, com impacto social no âmbito federal, como a Marcha das Margaridas.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A pesquisa no arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Biguaçu não apresentou nenhum documento comprobatório a respeito de políticas, projetos ou ações que levassem informações a respeito dos direitos das trabalhadoras no enfrentamento da violência contra a mulher.

Foram encontradas muitas fotos de eventos, inclusive de participação na Marcha das Margaridas, mas não demonstraram nenhuma ligação direta com o combate à violência. Ocorreram muitas palestras relacionadas a saúde da mulher e saúde mental. Talvez, nessas discussões tenha entrado na pauta a violência sexista, mas não há como comprovar sem a informação das trabalhadoras.

As fotos destacam também, muitas oficinas de capacitações, encontros do Dia Internacional das Mulheres com participações de mulheres de relevância no âmbito político, autoridades municipais e religiosas. Foi realizada uma análise minuciosa nas imagens que aparecem nas fotos em busca de sinais que destacassem a luta contra violência das mulheres, tais como, cartazes, faixas ou pessoas engajadas na luta pelos direitos da categoria.

Questionei a respeito das atas, alguma informação, anotação a respeito do assunto com a Rosa e ela disse que quando eu agendei a data da visita ela já iniciou a pesquisa no material já que sabia que eu não poderia acessá-las, mas infelizmente ela não encontrou nenhuma informação que pudesse servir de prova para a pesquisa.

Com a Rosa também busquei informações a respeito dos eventos, como e quantos eram organizados por ano, os organizadores, quem eram os parceiros do sindicato, etc., sempre com o objetivo de encontrar algo que tivesse relação com o tema da pesquisa. A Rosa informou que até 2015 aproximadamente ocorriam encontros com mais frequência, média de 3 por ano, um deles era em comemoração ao dia internacional das mulheres.

Este encontro tinha a participação somente de mulheres, se debatia e orientava sobre os direitos trabalhistas e a importância de ser contribuinte, geralmente tinha uma palestra sobre saúde, momentos de recreação, sorteio de brindes, almoço e café. Entretanto, o fato de ter sido um evento somente para elas pode ser considerado que ocorriam trocas de informações das vivências dessas mulheres em seus lares.

Após 2015 passaram a promover somente um encontro anual em comemoração ao dia da família, não houve desde então, encontros direcionados somente às mulheres trabalhadoras rurais. Mediante o exposto, considera-se que a exclusão de um evento restrito somente às mulheres rurais limitou o direito de privacidade entre elas por conta da presença dos demais familiares.

Encerrando-se a investigação na instituição, tanto no arquivo, quanto com a Rosa, o tempo restante do dia 15/02/2023 foi para organizar um pequeno roteiro de entrevista com a Margarida, a qual ocorreria no dia seguinte.

A entrevista se deu por chamada de vídeo pelo WhatsApp. No primeiro momento eu me apresentei, e falei do objetivo da entrevista, onde a Margarida se dispôs em passar as informações sem objeção. Margarida possui 78 anos e é membro do sindicato desde 1990, sempre teve

participação ativa, já fez parte da direção e é representante da instituição em eventos estaduais e federais, inclusive participou da Marcha das Margaridas, conforme as fotos do arquivo comprovam.

Questionando a Margarida sobre a ocorrência de episódios relacionados a veiculação da informação referente aos direitos que as mulheres trabalhadoras rurais possuem no enfrentamento da violência, ela afirma: "Eu tive muita palestra sobre isso nos eventos que eu participei por aí, fiquei sabendo de muita coisa, tive muita orientação, a FETAESC fez muitos encontros e tinha palestra sobre isso."

A fala da entrevistada vai ao encontro com notícias publicadas no site da FETAESC. Foi efetuada uma busca simples no botão de pesquisa do site utilizando o termo violência. Obteve-se o resultado de 3 eventos relacionados com o tema, são eles: "Encontro Regional prepara mulheres para a 6ª Marcha das Margaridas", ocorrido em 2019; "Fetaesc promove Plenária Macrorregional de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Agricultoras Familiares", 2020; "Ações de combate e prevenção da violência contra mulher marcam o Agosto Lilás", 2021.

Retomei a fala e perguntei sobre a contribuição do Sindicato para com essas trabalhadoras, se eventos ou encontros foram promovidos sobre o tema da violência. Ela recorda que: "Só com esse assunto, que eu me lembre não. Mas eu tive muitos. O sindicato fez muitos encontros bons para as mulheres, com palestras sobre saúde, mas elas não participavam, não se interessavam. Eu vivia dizendo para elas que era importante, mas é um pessoal desinteressado, não adianta".

Ao ser questionada sobre a menção à violência contra mulher nas palestras sobre saúde física e mental, Margarida responde que: "Às vezes eles falavam, mas era pouca coisa, elas também ficavam de boca fechada, não perguntavam nada, eu sempre me metia e perguntava, nunca tive vergonha de perguntar nada, por isso eu sei das coisas, dos direitos que a gente tem".

É perceptível pelas falas da entrevistada que a mesma possui informações a respeito dos direitos das mulheres no enfrentamento à violência. Portanto, questionou-se se ela, enquanto líder do sindicato, compartilhou essas informações com outras mulheres. Ela pontuou que: "Quando eu ficava sabendo que alguma mulher apanhava do marido eu ia lá e conversava com ela, dizia para ela denunciar ele, se separar. Falava que ela tinha direitos. Mas em grupo eu nunca falei nada, acho que todo mundo pode fazer como eu fiz, cada uma pode procurar para si. A gente faz as coisas no Sindicato e vai duas ou três só, elas não têm interesse".

Embora se empenhasse e tivesse boa vontade, Margarida não conseguia alcançar significativo com as mulheres rurais em relação ao enfrentamento da violência, fator que pode estar relacionado pela falta de instrução. Margarida desconhecia as nuances relacionadas à temática por trás do que ela considera desinteresse tem muitos outros fatores relacionados, conforme ressalta Kelmendi (2015 *apud* Arboit, 2018, p. 2) “a submissão das mulheres rurais e a consequente suscetibilidade destas à violência doméstica se dão especialmente pela pobreza, pela cultura patriarcal e por papéis de gênero estritamente definidos”.

Com essa última resposta deu-se por encerrada a entrevista com Margarida e concluiu-se a investigação referente a contribuição informacional do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Biguaçu para que elas (mulheres trabalhadoras) tivessem consciência dos seus direitos no enfrentamento da violência contra as mulheres.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou encontrar provas da contribuição informacional do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Biguaçu a respeito da Violência contra a Mulher e seus direitos.

Partiu-se do pressuposto que a informação traz empoderamento ao indivíduo e o fortalece nas lutas pelos seus direitos, assim mulheres trabalhadoras rurais munidas por meio de informações a respeito dos direitos que possuem no enfrentamento da violência contra elas passam a ter mais vida digna no seu âmbito de trabalho, principalmente quando a informação chega de forma coletiva, pois é no coletivo que se manifestam as grandes lutas e conquistas.

A pesquisa documental, efetuada no arquivo, não trouxe nenhuma ocorrência de orientação sobre a temática, pelo menos de forma específica. Mas há de se destacar que no período de 2000 a 2015 eram organizados eventos/encontros relevantes para toda a categoria, homens e mulheres.

A entrevista com a Rosa também não nos deu informação precisa a respeito do tema nos eventos organizados. Porém, há de se ressaltar um empenho expressivo pela secretária na organização de capacitações para as mulheres do campo, contribuindo para o crescimento e independência da categoria, proporcionando empoderamento e visibilidade social, fatores que

podem contribuir para elas saírem da situação de violência que as faz muitas vezes permanecer por causa da dependência financeira.

Quanto à entrevista com a Margarida comprovou-se que Instituições Sindicais Rurais estão empenhadas na luta por direitos da sua categoria, muitos benefícios já foram alcançados por meio de organizações formadas por mulheres. Muitos direitos conquistados pela Marcha das Margaridas, porém, percebeu-se que as conquistas ocorrem na esfera estadual e federal, a informação acerca das conquistas não é veiculada no âmbito das comunidades rurais, e se é, o fluxo ocorre com ruído, principalmente sobre os direitos que as mulheres possuem quando sofrem violência. A fala de Margarida sobre o desinteresse das trabalhadoras, não justifica o desinteresse do sindicato em promover eventos para gerar qualidade de vida a elas. No entendimento da pesquisadora, um evento por ano, sem ter ela, a mulher trabalhadora rural como privilegiada, é pouco, considerando a avalanche de informação que precisa tramitar entre elas para seu bem-estar social.

Tendo em vista os resultados obtidos na pesquisa e a consciência que eu, bibliotecária e ex trabalhadora rural, tenho em relação a nossa contribuição em proporcionar qualidade de vida às pessoas por meio da informação, concordo com Ivan Teorilang ao dizer que “Informação é poder, porém se tens tal domínio e não o divulgas, torna-te responsável pela ignorância alheia.” logo, será proposto um plano de ação para que a informação referente aos direitos que as mulheres trabalhadoras rurais possuem sobre a violência chegue de forma que coletivamente elas possam se fortalecer e se protegerem.

REFERÊNCIAS

ARBOIT, Jaqueline *et al.* Violência doméstica contra mulheres rurais: práticas de cuidado desenvolvidas por agentes comunitários de saúde. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 506-517, 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/XVKqD3PjhQPnLwLdqMwKWsm/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 16 jun. 2023.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BROOKES, Bertram. The foundation of Information Science. **Journal of Information Science**, Cambridge, v. 2, n. 1, p. 125-133, 1980. Disponível em:
<https://doi.org/10.1177/016555158000200302>. Acesso em: 08 jun. 2023.

BUENO, André Luis Machado de; LOPES, Marta Julia Marques. Mulheres rurais e violências: leituras de uma realidade que flerta com a ficção. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 21, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/VVNcs38qHFGC5q3yv8xPzj/?lang=pt>. Acesso em: 08 jun. 2023.

CARVALHO, Marília Albernaz Pinheiro de; CORTES, Gisele Rocha; SILVA, Aurekelly Rodrigues da. A mediação da informação e o protagonismo social das mulheres em situação de violência doméstica. **Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/45018/26645>. Acesso em: 08 jun. 2023.

CONTAG. **Combate à violência contra as mulheres trabalhadoras rurais**: abram os olhos para seus direitos. Núcleo Bandeirante, DF: Contag, 2009. Disponível em:
<http://www.contag.org.br/imagens/f1390cartilha-cnmt-contraviolencia022009.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2023.

CONTAG. **Plataforma política marcha das Margaridas 2019**: por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça e livre de violência. Núcleo Bandeirante, DF: Contag, 2019. Disponível em: http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_1236339083_14082019151003.pdf. Acesso em: 14 fev. 2023.

COSTA, Marta Cocco da; LOPES, Marta Julia Marques; SOARES, Joannie dos Santos Fachinelli. Violência contra mulheres rurais: gênero e ações de saúde. **Esc. Anna Nery**, v. 19, n. 1, p. 162-168, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/wtn3ZbpCSjLkK8TBQCF9ShB/?lang=pt#>. Acesso em: 12 dez. 2023.

CNMTR. **Marcha das Margaridas**. 2008. Disponível em:
https://transformatoriomargaridas.org.br/?page_id=243. Acesso em: 12 fev. 2023.

FAVARETO, Arilson. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. **Rev. Bras. Ci. Soc.**, v. 21, n. 62, p. 27-44, out. 2006. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/hmKCwD8TRcXqKWSDtCRMhw/?lang=pt#>. Acesso em: 12 dez. 2023.

FETAESC. **História**. 2023. Disponível em: <https://www.fetaesc.org.br/quem-somos>. Acesso em: 10 fev. 2023.

FETAESC. **Estatutos sociais**. São José, SC: FETAESC, 2017. Disponível em:
https://www.fetaesc.org.br/downloads/estatuto_social_fetaesc.pdf. Acesso em: 10 fev. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Henriette Ferreira. Mediação da informação e protagonismo social: relações com vida ativa e ação comunicativa à luz de Hannah Arendt e Jürgen Habermas. In GOMES, Henriette

Ferreira; NOVO, Hildenise Ferreira (orgs.). **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017.

KUHNEN, Tânia Aparecida. Marcha das Margaridas: apontamentos para um. (eco)feminismo latino-americano. **Revista Sul-Sul**, Barreiras, BA, v. 1, n. 1, 2020, p. 124-147. Disponível em: <https://revistas.ufob.edu.br/index.php/revistasul-sul/article/view/661/917>. Acesso em: 14 fev. 2023.

MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1988.

MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. Trabalhadores rurais, agricultura familiar e organização sindical. **São Paulo em Perspectiva**, v. 11, n. 2, 1997, p. 65-72. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v11n02/v11n02_07.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.

MIKHAILOV, Alexander. Information Science and an informed society. **ASIS Bulletin**, [S.l.], v. 10, n. 1, p. 14-17, 1983.

The informational contribution of the Biguaçu Rural Workers Union in combating violence against rural women

Abstract: The aim of the study was to find out whether the Rural Workers' Union of Biguaçu (SC) has contributed to informing rural women workers about violence against women, with the aim of making them aware of their rights in society. The methodological procedure was documentary research and two interviews with a semi-structured script with two women from the Union. The inclusion criteria were only documents that showed events organised for women and the date between 1972-2022. The results found did not make it clear that the flow of information regarding the rights acquired by women rural workers in Biguaçu occurred in a comprehensive way through the Union. Finally, actions need to be better structured to ensure that quality information contributes to combating violence against rural women.

Keywords: Rural women worker; violence against women; rural union; social protagonism.